



Marco
Maciel

**O Brasil
e o Desafio
da Globalização**

O Brasil e o Desafio da Globalização

Globalização tornou-se não só um conceito indefinido e incerto, mas, sobretudo, um processo cada vez mais difícil de ser entendido mesmo abstraído-se a turbidez provocada pelos atentados terroristas em Nova York e Washington. A sucessão de conflitos gerados por protestos violentos, iniciados na Rodada do Milênio da Organização Mundial do Comércio, em 1999, em Seattle, parece não deixar dúvida de que estamos diante de um novo paradigma nas relações internacionais, destinado a substituir o mundo bipolarizado ideologicamente, que confrontava Leste e Oeste, ou o universo dividido economicamente que protagonizava o diálogo Norte-Sul.

Esse panorama inquietante e ainda insondável para muitos de nós exige, antes de mais nada, despirmo-nos de preconceitos, se quisermos não só entendê-lo e explicá-lo, mas sobretudo transformá-lo. Tomado em seus termos mais simples, o conceito de globalização poderia significar uma nova divisão internacional, calcada em critérios ao mesmo tempo políticos, econômicos, sociais, tecnológicos e culturais que aproximariam, por seus padrões de desempenho e a natureza de seus interesses, os países mais desenvolvidos, confrontando-os necessariamente com os de menor nível de desenvolvimento. Esta, contudo, é uma explicação excessivamente simplista para ser aceita sem outras considerações.

Quando nos referimos aos critérios de peso, poder e influência política, é impensável deixar de levar em conta onde colocaríamos, nessa nova polarização de poder mundial, países como a China, que, não fazendo parte do G-7, dispõe de importância inquestionavelmente maior do que todas as nações integrantes desse grupo, à exceção dos Estados Unidos.

Quando aludimos ao desenvolvimento tecnológico em uma de suas variáveis mais visíveis, a do poder militar, representado pelo domínio

completo do círculo nuclear e a posse de artefatos atômicos, torna-se difícil não incluir nesse grupo países como a Índia, o Paquistão, Israel e, mais uma vez, a China, para citar os casos mais notórios, em confronto com outras nações que não fazem parte desse clube, como o Japão e o Canadá, ambos integrante do G-7.

As questões culturais que opõem países tão diversos etnicamente como a China e o Japão no Extremo Oriente, Austrália e Nova Zelândia à Indonésia, ou os Estados Unidos ao Brasil, por exemplo, também não podem deixar de ser levadas em consideração pelas marcas profundas geradas pelo domínio colonial, por conflitos bélicos de motivações históricas, ou por significativas razões de legados culturais comuns. A distância maior está entre o Japão e os Estados Unidos, embora ambos sejam integrantes do G-7, do que entre o Brasil e alguns países do Oriente Médio, a despeito das diferentes convicções religiosas, pois não podemos esquecer que somos, ao mesmo tempo a maior nação africana fora da África, a maior nação de origem árabe fora do Oriente Médio.

As restrições que contrapõem os interesses da União Européia e dos Estados Unidos em matéria de produção audiovisual não são menores do que aquelas que separam o Brasil, tanto da União Européia quanto dos Estados Unidos, em matéria

“Esse panorama inquietante e ainda insondável para muitos de nós exige, antes de mais nada, despirmo-nos de preconceitos, se quisermos não só entendê-lo e explicá-lo mas sobretudo transformá-lo”.

O Brasil e o Desafio da Globalização

de subsídios agrícolas.

Utilizei esses exemplos numa tentativa de tornar mais evidente a circunstância de que, neste terceiro milênio da civilização ocidental, vivemos num mundo não só de nações assimétricas, mas, sobretudo, numa era em que a assimetria mundial é maior do que em qualquer outra época da história da humanidade. Supor que num mundo assim diversificado e diferenciado a globalização possa implicar na existência de apenas duas matrizes de poder em confronto não seria só uma excessiva simplificação, mas também uma inconcebível ingenuidade.

Se a emergência da sociedade civil como protagonista no cenário globalizado internacionalizou a agenda política mundial por uma parte, por outra está demonstrando que há mais possibilidade de convergência de interesses aparentemente divergentes. Nós hoje dispomos de mecanismos multilaterais de negociação e solução de conflitos e de organismos de cooperação de âmbito regional e mundial como em nenhuma outra fase de nossa história. Ademais, para consecução de avanços que transcendem as fronteiras nacionais, o papel das grandes potências tem sido essencial, mas não decisivo, na medida em que os critérios utilizados para consumação dos objetivos incluem a adesão de um número preponderante de países que abrangem tanto os menos desenvolvidos quanto os emergentes.

Nada disso, porém, nos desobriga de denunciar e de lutar contra o aumento da desigualdade no mundo, em que dois terços dos habitantes vivem abaixo da linha de pobreza e quase a metade em condições de miséria que inclui a fome endêmica e falta absoluta de meios de subsistência. Todos temos o dever de empreender esforços para que a globalização, em lugar de ser um campo de disputas entre os desiguais, se transforme num instrumento de ação entre os iguais. Em particular, cumpre

evitar que fatores econômico-financeiros liberados pela mundialização se conjuguem de forma a impactar negativamente a implementação de medidas de caráter social relevante.

No cumprimento de tarefas de Estado de que tenho me desincumbido, na qualidade de Vice-Presidente da República, pude testemunhar como a cooperação é possível, desejada por muitos e preconizada por quase todos, tanto na América Latina, África, quanto na Europa e na Ásia. O Brasil tem, em relação a todos os países com os quais mantém relações, um papel a desempenhar nesse sentido. Antes mesmo de reivindicarmos mudanças no ordenamento institucional dos organismos multilaterais de que somos membros e fundadores, temos feito o que está ao nosso alcance. Um exemplo foi o perdão incondicional da dívida externa de Moçambique, na África, e da Nicarágua, no nosso Continente. E outro, não menos expressivo, são as ações desenvolvidas em relação ao combate à AIDS nos países africanos de expressão lusófona, valendo-nos do êxito alcançado em nosso País com uma experiência reconhecida internacionalmente.

Os efeitos econômicos mais visíveis da globalização não advêm da liberdade de movimentação de capitais, do aumento do fluxo de comércio e da troca de mercadorias, bens e serviços. Eles serão cada vez mais estimulados pelas

“Todos temos o dever de empreender esforços para que a globalização, em lugar de ser um campo de disputas entre os desiguais, se transforme num instrumento de ação entre os iguais”.

O Brasil e o Desafio da Globalização

perspectivas abertas pelo estabelecimento de redes mundiais de comunicação que, potencializando a troca de experiências, informações e conhecimentos científicos, disseminam processos educacionais que hoje transcendem o âmbito estreito das instituições formais da educação. Por isso mesmo, é essencial vencer o “*gap*” do conhecimento que separa as grandes potências dos países emergentes e estes dos subdesenvolvidos.

A complexidade do que se convencionou chamar de globalização está íntima e inteiramente ligada a algo muito mais amplo do que preconizar, mediante protestos populares ou ação política interna, a simples mudança dos procedimentos técnicos, administrativos e políticos de organismos multilaterais.

Nosso dever é agir politicamente, de forma articulada e com respaldo dos interesses comuns que temos com blocos como a União Européia, ou potências como a China ou Japão, para mencionar alguns casos específicos, a fim de institucionalizarmos regras de reciprocidade nos fóruns que transcendem as organizações econômicas. Vale lembrar que o Brasil já conseguiu algumas expressivas vitórias em contenciosos na Organização Mundial do Comércio. Logrou, no caso da África do Sul, ver reconhecido seu direito de sobrepor o princípio da relevância da preservação da vida aos interesses comerciais de empresas e estados, por mais legítimos que sejam.

A integração econômica trouxe enormes e reconhecidos benefícios para a Europa unificada. Nós já avalizamos essa realidade quando demos, junto com a Argentina, o impulso decisivo para a criação do Mercosul e que poderá transformar-se numa associação de todos os países da América do Sul. Temos um Acordo-Quadro com a União Européia. Participamos de todas as etapas de discussão para a construção da ALCA e já vimos vitoriosa a tese brasileira de que o passo inicial deve ser dado

a partir de 2005. Juntos podemos muito mais do que alcançaríamos negociando isoladamente. Negociar não significa aderir a qualquer esquema preconcebido, nem aceitar regras que não atendam ao interesse nacional. Aliás, como dizia o presidente Kennedy, nunca se deve negociar por medo, mas também nunca se deve ter medo de negociar.

Como se vê, todas essas são iniciativas políticas de repercussão econômica. O Brasil não está sujeitando a formação de sua política de alianças a interesses econômicos de qualquer país ou grupo de países. Estamos, ao contrário, sujeitando harmonizações de concepção econômica aos nossos interesses políticos. Este é, a meu ver, o caminho correto.

Sei do poder das instituições políticas como instrumentos de transformação e modernização da sociedade, creio no poder de mobilização das sociedades democráticas como forma de aprimoramento dos sistemas políticos e confio na força criativa da legitimidade política para operar, com ajuda da sociedade, transformações éticas, culturais e do conhecimento. Se disso formos capazes internamente, não há porque temer que venhamos a ser colonizados política, econômica e culturalmente por nenhum processo de globalização, por mais ambicioso que seja e por mais poderoso que aparente ser.

“Negociar não significa aderir a qualquer esquema preconcebido, nem aceitar regras que não atendam ao interesse nacional. Aliás, como dizia o presidente Kennedy, nunca se deve negociar por medo, mas também nunca se deve ter medo de negociar”.

Marco Maciel foi eleito, em 1994, e reeleito, em 1998, Vice-Presidente da República na chapa liderada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Elegeu-se Senador por Pernambuco sucessivamente em 1982 e em 1990, exercendo na referida Casa relevantes funções, inclusive as de Líder de seu partido, o PFL. Foi Deputado Federal por duas legislaturas, tendo presidido a Câmara Federal e a Fundação Milton Campos de Estudos e Pesquisas Políticas. Convidado por Tancredo Neves, foi Ministro da Educação no Governo José Sarney. A seguir, ocupou o cargo de Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Governou o Estado de Pernambuco (1979/1982) depois de ter exercido o mandato de Deputado Estadual, ocasião em que desempenhou as funções de líder do governo na Assembléia Legislativa.

Em meio às suas atividades acadêmicas, presidiu o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco e a União dos Estudantes de Pernambuco. É advogado e professor titular (licenciado) de Direito Internacional Público na Universidade Católica de Pernambuco.

Entre os projetos de sua iniciativa na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, destacam-se os que resultaram nas seguintes leis: a que fixa normas para engenharia genética e regula a liberação de organismos geneticamente modificados (clones); a que trata da arbitragem para dirimir litígios; a que regulamenta estágios de estudantes em empresas. Por sua inspiração, o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou a lei que restaurou a representatividade da UNE e da UBES, proscritas desde 1964.

Escreveu os livros *Vocação e Compromisso* (1982, José Olympio Editora); *Educação e Liberalismo* (1987, idem); *Liberalismo e Justiça Social* (1987, Instituto Tancredo Neves); *Idéias Liberais e Realidade* (1989, José Olympio Editora); e *Manual do Vereador* (1997, Massao Ohno).

Nasceu no Recife em 21/7/40 e é casado com Anna Maria Ferreira Maciel. Tem três filhos e dois netos.